

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.529 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S) : ELIAS ARENA
ADV.(A/S) : JOSÉ EDUARDO DO CARMO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Supremo Tribunal Federal, **apreciando** a ocorrência, *ou não, de controvérsia alegadamente impregnada de transcendência e observando* o procedimento **a que se refere** a Lei nº 11.418/2006, *entendeu destituída de repercussão geral* a questão **suscitada no AI 841.047-RG/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **por tratar-se** de litígio referente *a matéria infraconstitucional, fazendo-o* em decisão assim ementada:

“RECURSO. Agravo de instrumento convertido em Extraordinário. Inadmissibilidade deste. Aposentadoria. Tempo de serviço. Condições especiais. Cômputo. Tema infraconstitucional. Precedentes. Ausência de repercussão geral. Recurso extraordinário não conhecido. Não apresenta repercussão geral recurso extraordinário que, tendo por objeto o cômputo, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço exercido em condições especiais, versa sobre tema infraconstitucional.”

O não atendimento desse **pré-requisito** de admissibilidade recursal, **considerado** o que dispõe o art. 322 do RISTF, **na redação** dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, *inviabiliza o conhecimento* do recurso extraordinário interposto pela parte ora agravante.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal **recusará** o apelo extremo **sempre** que se registrar hipótese, *como sucede na espécie, na qual a controvérsia jurídica não se qualifique como tema revestido de repercussão geral.*

A **rejeição**, *em causa anterior* (AI 841.047-RG/RS), do pretendido reconhecimento da existência de repercussão geral **referente ao mesmo litígio** ora renovado **nesta** sede recursal **impede que se conheça** do recurso extraordinário em questão, **mesmo porque** a repercussão geral **supõe, necessariamente, apelo extremo cognoscível, situação de todo inócua no caso, eis que** o julgamento da causa em análise **depende de prévio exame concernente** à aplicação de diplomas infraconstitucionais, **a evidenciar, quando muito, a ocorrência** de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição.

Cumprido destacar, ainda, o que dispõe o art. 326 do RISTF, na redação dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, **que veicula** regra no sentido de que a decisão **que proclama inexistente** a repercussão geral, *como aquela proferida no AI 841.047-RG/RS*, a que **anteriormente** aludi (em tudo aplicável ao presente caso), **vale “para todos os recursos sobre questão idêntica”, tal como tem advertido** o Plenário desta Corte Suprema (RE 659.109-RGED/BA, Rel. Min. LUIZ FUX), **motivo pelo qual** se mostra evidente **a inadmissibilidade, na espécie**, do recurso extraordinário em causa.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (**CPC**, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010), **restando prejudicado** o exame do pedido de fls. 230/231.

Publique-se.

Brasília, 05 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator